

11º CONGRESSO GIFE/ FRONTEIRAS DA AÇÃO COLETIVA

PROTEÇÃO E DESENVOLVI- MENTO SOCIAL

I. CONTEXTO, DESAFIOS & OPORTUNIDADES

1. A partir da constituição de 88, houve uma explosão da sociedade civil. O olhar da caridade foi ampliado para um olhar de direitos e de investimentos, fomentando uma filantropia estratégica ancorada e apoiadora da cidadania.
2. Com a implantação de programas governamentais de transferência de renda e redução da

pobreza extrema no país, **uma parte das organizações e empresas incorporou ações vistas como mais transformadoras, distanciando-se do que convencionalmente era chamado de caridade e assistencialismo.**

3. No entanto, **o cenário dos últimos anos e a crise desencadeada pela Covid-19 aprofundou a crise socioeconômica;** o desemprego e a queda de renda projetam um cenário de incertezas e de fragilidade social para 2021. O baixo crescimento econômico dos últimos anos, somado a um conjunto de retrocessos em políticas públicas e aos efeitos da pandemia tem produzido um Brasil ainda mais desigual.
4. Se a pandemia reforça e renova o chamado para que a sociedade lance um olhar mais sensível sobre as desigualdades históricas do país e para que os diferentes setores se sintam mais corresponsáveis pelo enfrentamento delas, torna-se evidente também que **é preciso agir na reconstrução de políticas e programas que estavam dando certo, bem como avançar naqueles que se mostravam insuficientes.**
5. Neste processo de reconstrução, **é necessário investir em nossa rede de assistência social, na consolidação do SUAS.** Era sabido que haviam desafios e os mesmos tornaram-se ainda maiores com a pandemia e o conjunto de retrocessos no financiamento e gestão da assistência social.

- 6. Durante a pandemia,** muitas organizações do ISP interromperam o curso de suas teorias da mudança e planejamentos estratégicos e canalizaram esforços para prover alimentos, itens de higiene e saúde para parte da população brasileira. **O tema da proteção e assistência social voltou a ganhar, assim, centralidade na atuação dos investidores sociais.**

- 7. A sociedade brasileira passou a dar mais atenção e valor ao papel do estado durante a pandemia** (ex: SUS, Auxílio Emergencial, coordenação das medidas de isolamento, etc.) criando um ambiente de discussão para o desenvolvimento de temas centrais à proteção social. Para um governo que defendia o estado mínimo, foi preciso gastar. Dados do PNAD mostram que o auxílio emergencial foi responsável por neutralizar o efeito de aumento da desigualdade gerado pela perda de trabalho e renda durante a pandemia.

- 8. O estranhamento inicial com as mudanças abruptas na forma de atuar foi dando lugar a um entendimento sobre a necessidade da filantropia em recorrer a práticas assistenciais** e contribuir para enfrentar um dos graves problemas do período, a fome, que voltou a assombrar grande parte da população brasileira.

- 9. Passamos a viver um processo de ressignificação das ações assistenciais dentro do ISP e uma maior valorização e legitimidade de políticas públicas** que garantem direitos básicos e fundamentais dos cidadãos.

PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

II. PRIORIDADES DOS PRÓXIMOS ANOS PARA FORTALECIMENTO & DESENVOLVIMENTO

- 1. Aproveitar os aprendizados da pandemia para construir uma atuação potente de apoio na construção de políticas públicas.**
- 2. Ampliar e fortalecer as contribuições do ISP tendo em conta que, assim como na educação e saúde, o papel do Estado na promoção do desenvolvimento social é estruturante e fundamental, bem como ações e programas no âmbito da segurança alimentar.**

- 3. Ampliar as conexões entre o ISP e as comunidades de base, pois não se pode pensar em desenho, acompanhamento e avaliação de políticas públicas sem diálogo com lideranças periféricas.** As políticas sociais são feitas por lutas da sociedade, sendo preciso honrar uma cultura de participação cidadã.
- 4. Promover a inclusão das perspectivas de gênero e raça no debate de políticas de proteção social.** Segundo o Censo GIFE 2018, de 925 projetos e programas, apenas 5 projetos têm como foco prioritário a questão racial.
- 5. Fortalecer o debate sobre renda mínima e outras políticas públicas que visem garantir as necessidades básicas.**

PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

III. ORIENTADORES

- 1. Ampliar e fortalecer ações de advocacy e incidência pública da sociedade civil organizada em políticas de proteção e assistência social e econômica, impulsionando a atuação dos movimentos sociais que atuam nessa agenda.**
- 2. Colaboração com o poder público para estruturar, implementar e avaliar políticas públicas de proteção e assistência social e econômica, produzindo dados e evidências.**
- 3. Pautar a mídia e os meios de comunicação, construindo narrativas engajadoras sobre o tema que sejam capazes de influenciar atores, inclusive do ISP.**
- 4. Trabalhar de modo mais colaborativo e em redes e alianças, seja via estratégias e arquiteturas de filantropia colaborativa, seja via cooperação intersetorial com as diferentes instâncias governamentais, academia e sociedade civil organizada.**
- 5. Utilizar as ferramentas e estratégias de filantropia comunitária para engajar as comunidades e criar políticas territoriais que dialoguem.**
- 6. Investir na capacitação técnica para a gestão pública, em parceria com organizações de lideranças públicas, como Frente Nacional de Prefeitos, Confederação Nacional dos Municípios, Conselho Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social, entre outros..**
- 7. Produzir inovações capazes de engajar os cidadãos na gestão pública, seja através de parceiros ou espaços mais convidativos.**